

O Problema de Frege e o Necessário A Posteriori^{1*}

Marco Ruffino
UFRJ/CNPq

O Problema de Frege

Em “*Über Sinn und Bedeutung*” (1892), Frege apresenta um famoso argumento para a introdução do sentido (“*Sinn*”) como um dos valores semânticos que expressões linguísticas podem ter (além de sua referência (“*Bedeutung*”). Neste ensaio em particular, seu argumento explora primariamente os enunciados de identidade. Frege coloca a seguinte questão: como podemos explicar que um enunciado de identidade do tipo ‘ $a=a$ ’ (onde ‘ a ’ é um termo singular) tem um valor cognitivo trivial, enquanto um enunciado do tipo ‘ $a=b$ ’ (onde ‘ a ’ e ‘ b ’ são termos singulares distintos mas co-referenciais) tem um valor cognitivo não trivial? Por exemplo, ‘Hesperus é Hesperus’ (considerando o verbo ‘ser’ como identidade) parece ter conteúdo trivial, enquanto ‘Hesperus é Phosphorus’ tem um conteúdo não-trivial. O que explicaria a diferença de valor cognitivo entre as duas identidades se todo o tempo estamos falando do mesmo objeto?

O termo ‘trivial’ aqui requer alguma explicação. ‘Hesperus é Hesperus’ pode parecer de alguma maneira trivial a alguém que nunca tenha refletido sobre características essenciais da relação de identidade. (Se levarmos em conta resultados da mecânica quântica sobre partículas elementares, algumas identidades deste tipo não apenas não são trivialmente verdadeiras,

1 * Trabalho escrito com apoio do CNPq. As traduções das passagens de Frege citadas ao longo do artigo são nossas.

como também podem ser falsas.) E, por outro lado, 'Vênus é o segundo planeta do Sistema Solar' pode parecer trivial a alguém com conhecimento mínimo de astronomia. Isto é derivado, parece, de uma certa vagueza e relatividade contextual da noção de trivialidade. Frege parece sugerir em algumas passagens que entende que uma identidade tenha conteúdo "trivial" se ela expressa algo estritamente lógico ou analítico, que não requer, em princípio, nenhum tipo de investigação empírica para que sua verdade seja conhecida. Mas isto não pode ser a explicação completa de "trivial", pois neste caso haveria uma incompatibilidade, por exemplo, com a visão do próprio Frege sobre a aritmética: uma identidade verdadeira da aritmética é, de acordo com ele, analítica, mas pode expressar um conteúdo não trivial, como, p. ex., '5 é o maior divisor primo de 100^2 '.

Apesar da falta de clareza com relação à noção de trivialidade que é operante aqui, para os propósitos de Frege basta o fato (bem menos polêmico) de que 'Hesperus é Hesperus' e 'Hesperus é Phosphorus' têm conteúdos cognitivos (ou informacionais) diferentes (triviais ou não, dependendo da perspectiva). A questão que Frege coloca pode, portanto, ser reformulada de maneira mais clara e menos polêmica da seguinte maneira: como explicar a diferença de valor cognitivo entre sentenças de identidade da forma ' $a=a$ ' e ' $a=b$ ', para os casos em que ' a ' e ' b ' são co-referenciais? (Para os casos em que ' a ' e ' b ' não sejam co-referenciais a resposta, presumivelmente, é trivial, dado que a primeira identidade é verdadeira e a segunda é falsa.) Tal questão passou a ser chamada na literatura de o *Problema de Frege*, e é assim que eu vou me referir à mesma de agora em diante.

Uma formulação ainda mais geral do Problema de Frege seria a seguinte: como explicar a diferença de valor cognitivo entre os resultados de diferentes substituições de termos co-referenciais para a variável x em ' $a=x$ '. ' $a=a$ ' é um caso particular em que o valor cognitivo é trivial (ou nulo, embora, como já notamos, isso seja vago e dependente de como o consideremos), mas também problemática é a diferença entre ' $a=b$ ' e ' $a=c$ ' para ' b ' e ' c ' co-referenciais. Neste caso não seria, estritamente, necessário que a identidade seja verdadeira. De fato, duas identidades

2 Em sua polêmica com os lógicos Booleanos, Frege (1879-81) argumenta que em sua *Begriffsschrift* é possível a construção de conteúdos proposicionais que sejam ao mesmo tempo analíticos e não triviais. Isto se deve, segundo Frege, ao uso do que ele chama "definições frutíferas", as quais, ao contrário de definições "infrutíferas", não são meras conjunções de notas características do conceito definido. Veja-se a este respeito Ruffino (1991) e Dummett (1991).

falsas (mas que contenham termos co-referenciais) também podem diferir em seu conteúdo falso. Por exemplo, ‘Venus é o oitavo planeta do sistema solar’ e ‘Vênus é o planeta descoberto por Leverrier em 1846’ parecem ter conteúdos (falsos) diferentes (as condições de verdade de uma e de outra identidade são diferentes), embora ‘o oitavo planeta do sistema solar’ e ‘o planeta descoberto por Leverrier em 1846’ sejam co-referenciais.

O Problema de Frege: Forma Generalizada

Embora o Problema de Frege tenha sido originalmente formulado em “*Über Sinn und Bedeutung*” para sentenças de identidade, ele na verdade é muito mais geral e diz respeito a qualquer tipo de sentença que inclua termos singulares.³ Por exemplo, ‘Aristóteles escreveu a *Ética*’ (que não é uma identidade, e sim uma sentença que predica uma propriedade de um particular) parece ter um valor cognitivo diferente de ‘O autor da *Ética* escreveu a *Ética*’. Na verdade, não é claro nem mesmo que a formulação do Problema de Frege esteja restrita a sentenças contendo termos singulares (como descrições definidas e nomes próprios, que são os exemplos que consideramos até aqui). Por exemplo, ‘todo divisor de 6 é um número primo’ e ‘todo número primo menor que 5 é um número primo’ envolvem apenas as expressões conceituais ‘divisor de 6’ e ‘número primo menor que 5’, que são co-extensionais, e no entanto as duas sentenças parecem ter diferentes conteúdos cognitivos (a primeira parece claramente mais informativa).

Frege apresenta esta questão como uma espécie de “fato” de natureza ao mesmo tempo semântica e epistêmica. O Problema de Frege seria o de fornecer uma explicação para o mesmo que desse conta tanto do aspecto semântico quanto do epistemológico. E a solução de Frege para o Problema de Frege foi, como se sabe, a introdução da noção de sentido, que, ao lado da referência, é uma das dimensões semânticas que um termo singular tem. Na verdade, “introdução” aqui não é um termo inteiramente adequado para a perspectiva de Frege, pois este tem uma visão estritamente realista da noção de sentidos. Portanto, sentidos não são propriamente “introduzidos”, mas antes têm a sua existência “reconhecida”. Posteriormente, Frege deixará claro que o sentido é essencial aos termos singulares, i.e., nenhum termo singular pode deixar de ter um sentido:

3 Este fato foi apontado, e.g., por Salmon (1986).

[D]o contrário, [o termo singular] seria apenas uma sequência vazia de sons e seria incorreto chamá-la termo singular (NS, p. 135).

Mas não é essencial a um termo singular ter uma referência.⁴ Como se sabe, Frege estende a noção de sentido para outras expressões que não os termos singulares, i.e., para expressões conceituais (predicados e quantificadores) e para sentenças completas. Sentenças completas têm também um sentido completo (que Frege chama de *pensamento*), e podem ou não ter uma referência que é, de acordo com Frege, o seu valor de verdade. (Sentenças da ficção não são verdadeiras nem falsas sendo, portanto, sem referência: apenas têm um sentido, apenas expressam pensamentos). Expressões conceituais têm também sentido, e se referem a conceitos. Estes últimos são, na perspectiva de Frege, entidades de um tipo completamente diferente da forma como a concepção clássica concebia os conceitos, já que estes normalmente foram vistos (p. ex., por Kant ou Locke) como entidades que, de uma forma ou de outra, estão na base de nossos pensamentos e juízos ou que então são o produto de nossa atividade intelectual (isto é, abstração). Conceitos para Frege não são entidades deste tipo: eles são funções (no sentido matemático do termo) que associam valores de verdade a objetos. Da mesma forma que um objeto não pode fazer parte de um pensamento por não ser uma entidade cognitiva, conceitos também não fazem parte do pensamento, pois são entidades matemáticas. Quem faz o papel cognitivo aqui são os sentidos associados (i.e., que se referem a conceitos).

Problemas para o Problema de Frege

Se examinada mais de perto, a formulação de Frege do Problema de Frege se revela ela mesma problemática. E se de fato ela é problemática, então a estratégia de usar o Problema de Frege como motivação (ou argumento para a melhor explicação) da noção de sentido parece ficar comprometida.

4 Isto na verdade não é inteiramente correto, já que alguns termos singulares (e.g., algumas descrições definidas da matemática) têm necessariamente uma referência em virtude apenas do sentido que expressam. Por exemplo, 'o número de divisores primos de 56272889'. Não é acidental, e sim essencial, que esta descrição tenha uma referência. Em outros casos, não é acidental e sim essencial que ela não tenha uma referência. Por exemplo, 'a série de números racionais que converge mais rápido'.

Em primeiro lugar, podemos perguntar como de fato sabemos que o valor cognitivo de 'a=a' é trivial (ou pelo menos diferente de 'a=b'). Aqui temos duas ocorrências distintas de 'a'; qual é a característica de 'a=a' que permite a Frege dizer que ela é trivial? Não pode ser apenas que a referência dos dois lados do símbolo de identidade é a mesma, pois isto também ocorre em 'a=b'. E não pode ser o simples fato de que temos dois *tokens* do mesmo *type*, pois nada impede que dois *tokens* de um mesmo *type* possam ter referentes distintos (como em 'Sócrates' referindo-se ao filósofo e 'Sócrates' referindo-se ao jogador). Devemos então assumir as duas coisas: que em 'a=a' temos dois *tokens* do mesmo *type*, e que são co-referenciais. Mas ainda não fica claro por que 'a=a' deveria ter conteúdo nulo ou trivial por oposição a 'a=b'. Pode, por exemplo (para usar um exemplo de Kripke), não ser claro se o político chamado 'Paderewski' é a mesma pessoa que o pianista chamado 'Paderewski', e assim 'Paderewski=Paderewski' pode eventualmente transmitir uma informação não trivial. (Outro exemplo seria a afirmação de que 'Cristo=Cristo', tendo em mente com o primeiro a pessoa segundo a descrição do evangelho, e com o segundo a pessoa segundo uma descrição histórica). Não parece haver outra maneira de se considerar 'a=a' como trivial a não ser assumindo-se que as duas ocorrências de 'a' que flanqueiam o símbolo de identidade *têm algo de essencial em comum* e que não se resume a serem *tokens* de um mesmo *type*. Mas o quê? (Regressaremos a isso logo mais adiante.)

Uma segunda pergunta importante (que é, na verdade, uma variação da primeira) seria sobre a base para considerarmos 'a=b' como não-trivial (ou pelo menos distinta em valor cognitivo de 'a=a'). Tomemos alguns exemplos de identidades como '2=II' (onde 'II' é o algarismo romano para 2), ou 'O Papa=O Primaz da Igreja Católica', ou 'Neve=Schnee'. Temos nestes exemplos símbolos diferentes flanqueando o símbolo de identidade. E, no entanto, em todos eles temos identidades que, desde uma certa perspectiva, são triviais.⁵ Por outro lado, somos tentados a dizer que estes casos não representariam contraexemplos à intenção da formulação original de Frege porque em todos eles temos dos dois lados do símbolo de identidade símbolos que *têm algo de essencial em comum*. Mas o quê?

5 Talvez Frege não descrevesse estes casos propriamente como triviais, mas antes diria que correspondem, ao contrário de outros casos em que temos a expressão de conhecimento matemático ou empírico genuíno, a um conhecimento meramente linguístico ou simbólico.

Parece que a única resposta disponível a Frege para as duas perguntas acima já pressupõe a distinção entre sentido e referência. Com relação à primeira, a única resposta que parece estar disponível seria dizer que $'a=a'$ é trivial supondo que temos aqui dois *tokens* do mesmo *type* flanqueando o símbolo de identidade e, além disso, que estes *tokens* têm não apenas a mesma referência, mas também o mesmo sentido. Para a segunda questão, a única resposta que parece estar disponível a Frege é dizer que $'a=b'$, caso verdadeira, não é trivial apenas supondo que $'a'$ e $'b'$ têm a mesma referência, mas sentidos diferentes. Em outras palavras, a própria montagem do Problema de Frege nos termos em que Frege a faz parece pressupor a sua própria solução (distinção entre sentido e referência). Caso contrário, não há como garantir o mesmo efeito com relação à diferença de valor cognitivo entre $'a=a'$ e $'a=b'$. Isto parece comprometer a forma usual de se considerar o argumento de Frege em "*Über Sinn und Bedeutung*".⁶

Problemas Para a Solução de Frege

Tampouco fica claro como exatamente Frege pretende utilizar a noção de sentido introduzida (reconhecida) para solucionar o problema da natureza da relação de identidade tal como ele originalmente o formula. Este problema muitas vezes é tratado por comentadores como sendo o mesmo Problema de Frege, mas um exame mais detido parece mostrar que são problemas distintos. Tanto que, como veremos abaixo, Frege resolve o segundo (o Problema de Frege), mas não o primeiro (a natureza da identidade). Textualmente, Frege abre o ensaio com a seguinte pergunta:

A identidade desafia a reflexão através de questões que ela levanta e que não são de forma alguma de fácil resposta. É ela uma relação? Uma relação entre objetos? Ou entre nomes ou sinais para objetos? (1892, p. 26)

A primeira alternativa (i.e., de que a identidade seja uma relação entre objetos) é descartada, como sabemos com base na seguinte alegação:

6 Algo semelhante foi apontado por Glezakos (2009).

Se quiséssemos enxergar na igualdade uma relação entre aquilo a que os nomes 'a' e 'b' se referem, então $a=b$ e $a=a$ não pareceriam diferir, caso $a=b$ seja verdadeiro. Seria desta maneira expressa uma relação de uma coisa consigo mesma, e de fato uma relação na qual toda coisa está consigo mesma, mas nenhuma coisa está com qualquer outra coisa. (*ibid.*)

Ao que parece, a razão fundamental de Frege para descartar esta possibilidade é que ela supostamente nos deixaria sem uma solução para o Problema de Frege. A segunda alternativa (que havia sido adotada por Frege 3 anos antes em *Begriffsschrift* (1879)) é rejeitada com base na seguinte alegação:

Aquilo que se quer dizer com $a=b$ parece ser que os nomes ou símbolos 'a' e 'b' significam o mesmo, e assim a afirmação seria sobre estes símbolos. Mas esta relação existe entre nomes ou símbolos apenas na medida em que eles nomeiam ou designam algo. Ela seria mediada pela conexão de ambos os símbolos com a mesma coisa designada. Isto, no entanto, é arbitrário. Não é possível impedir de tomar-se qualquer processo ou sinal arbitrariamente produzido como símbolo para algo. Desta forma a sentença $a=b$ não versaria sobre a coisa mesma, mas sim sobre a nossa forma de designação; nós não expressaríamos um conhecimento real. (*ibid.*)

A relação entre um símbolo e seu referente é arbitrária⁷, e assim toda identidade verdadeira do tipo 'a=b' expressaria uma estipulação arbitrária, cujo conteúdo é única e exclusivamente linguístico. Novamente, esta alternativa falharia em resolver o Problema de Frege, pois não haveria, em princípio, forma de diferenciar o valor cognitivo de duas identidades verdadeiras 'a=a' e 'a=b':

Isto, no entanto, é o que nós queremos em muitos casos. Se o sinal 'a' difere do sinal 'b' apenas enquanto objeto (i.e., apenas por sua forma), e não enquanto designação, isto é, não na forma como ele designa algo, então seria o valor cognitivo de $a=a$ essencialmente o mesmo de $a=b$ caso $a=b$ seja verdadeiro. (*ibid.*)

7 Isto vale na maioria dos casos. Frege não parece considerar aqui aquelas linguagens como a de Hilbert na fundamentação da aritmética, em que os símbolos numéricos como 'I', 'II', 'III', etc. se conectam imediatamente à intuição sem necessidade de que se estabeleça uma convenção.

Em seguida a esta passagem, temos a introdução da noção de sentido como algo a que, de acordo com Frege, “somos naturalmente levados” (ibid.). No entanto, ele não chega a mostrar como a noção de sentido associado aos nomes resolve o problema da natureza da identidade (i.e., que tipo de relação ela é, ou se é de fato uma relação). Já que identidade não é uma relação entre objetos designados, e nem entre símbolos (em sua materialidade), aparentemente o único candidato restante seriam os sentidos, i.e., dois sentidos estão relacionados quando são modos de apresentação do mesmo referente. O problema é que Frege nunca diz isto. E, ao que parece, nem pode, pois a identidade enquanto uma relação binária pertence ao plano da referência, enquanto sentidos de termos singulares pertencem ao plano dos sentidos. Assim, embora tenhamos com a noção de sentido uma solução para o Problema de Frege, ficamos sem uma solução para o problema que motivou a introdução do Problema de Frege, que é o problema da natureza da relação de identidade.

Mais problemas: Sentido e Identidade Entre Expressões Indexicais

Em “*Der Gedanke*” (1918-19), Frege considera o caso especial dos indexicais que não têm um sentido e uma referência fixos, mas podem alterar seu sentido e sua referência de acordo com a circunstância em que são empregados. O termo ‘hoje’, por exemplo, muda de referente de dia para dia e, *a fortiori*, de sentido (pois embora dois sentidos diferentes possam ter a mesma referência, um mesmo sentido não pode ter duas referências diferentes). Podemos considerar aqui a seguinte questão: é possível haver uma identidade verdadeira entre indexicais diferentes tomados em diferentes contextos? Uma consequência do modelo proposto por Frege é que poderia haver identidades verdadeiras deste tipo, e estas não deveriam ser problemáticas (e sim apenas uma variação de casos como ‘Hesperus=Phosphorus’). Mas, como veremos, isso parece levar a consequências pouco plausíveis.

Sobre termos indexicais Frege observa o seguinte:

(D) Se alguém quiser dizer hoje o mesmo que expressou ontem usando a expressão ‘hoje’ ele precisa substituí-la pela expressão ‘ontem’. Ainda que o pensamento seja o mesmo, a expressão precisa ser distinta aqui, de tal forma a equalizar a diferença de sentidos que, caso contrário, seria efetuada pelos diferentes tempos de enunciação. (1918-19, p. 64)

A peculiaridade de indexicais expressarem sentidos diferentes em diferentes contextos gera um problema semântico, chamado por Kaplan (1989) de *dinâmica cognitiva*: como podemos (se é que podemos) expressar o mesmo sentido em dois contextos diferentes através de termos indexicais. Seguindo a sugestão de Frege contida na passagem acima, podemos expressar em um contexto C^* o mesmo sentido expresso em C , mas alguns arranjos no vocabulário precisam ser feitos de tal forma a capturar, através de diferentes palavras, o mesmo sentido. Mas isto leva a uma consequência estranha. Considere a palavra 'hoje' dita alguns segundos antes da meia-noite, e a palavra 'ontem' dita alguns segundos depois. Agora considere a identidade envolvendo estes mesmos dois *tokens*: 'hoje=ontem'. De acordo com a teoria sugerida na passagem, os dois lados do símbolo da identidade expressam o mesmo sentido; assim sendo, não apenas a identidade é verdadeira, quanto expressa um conteúdo trivial, do mesmo tipo de 'a=a'. Mas parece haver algo de estranho nisso. Os termos 'hoje' e 'ontem', mesmo que se refiram ao mesmo dia em diferentes contextos, parecem requerer atitudes cognitivas diferentes, uma vez que evocam diferentes tipos de reações. Há um famoso exemplo de Perry (1979) que ilustra este ponto: se penso no dia d que há uma reunião de departamento *hoje*, eu me levanto e vou até a universidade para não perdê-la. Mas se penso no dia $d+1$ que uma reunião foi *ontem*, eu apenas posso lamentar (ou sentir-me feliz por) tê-la perdido. O ponto mais amplo que Perry quer estabelecer é que indexicais parecem carregar consigo atitudes cognitivas que nem sempre são capturadas pelos sentidos fregeanos.⁸

Ainda Mais Problemas: A Interpretação Literal de Kripke

Um problema adicional para a possibilidade de indexicais diferentes expressarem o mesmo sentido em contextos diferentes emerge se prestarmos atenção aos detalhes da formulação de Frege para o funcionamento de indexicais em "*Der Gedanke*". Na seguinte passagem ele contrasta usos do verbo no tempo presente que não contêm indicação temporal (como em 'a soma de dois e dois é quatro') com usos que contêm tal indicação (por exemplo, 'estou na Cidade do México'), e sobre estas últimas diz o seguinte:

⁸ Para dar conta desta dimensão cognitiva, Perry introduz a noção de *papel* (ou *caráter*, na terminologia de Kaplan), que não corresponde nem à referência nem ao sentido fregeanos. Para expressões não-indexicais o sentido fregeano é suficiente para dar conta de diferenças cognitivas.

Se uma indicação temporal é transmitida pelo tempo presente então precisamos saber quando a sentença foi proferida para compreender o pensamento corretamente. Portanto, o instante do proferimento é parte da expressão do pensamento. (1918-19, p. 64)

E, mais adiante no artigo, volta ao tema:

Existem pensamentos que são verdadeiros hoje mas falsos depois de seis meses? Por exemplo, o pensamento que a árvore está coberta de folhas verdes certamente será falso em seis meses. Não, pois não se trata de maneira alguma do mesmo pensamento. As palavras 'Esta árvore está coberta de folhas verdes' não são suficientes por si só para constituir a expressão de um pensamento, pois o instante do proferimento está envolvido também. Sem a especificação temporal dada desta maneira não temos um pensamento completo, i.e., não temos um pensamento de forma alguma completo. Apenas uma sentença com a especificação temporal preenchida, uma sentença completa em todos os sentidos, expressa um pensamento. Mas este pensamento, caso seja verdadeiro, é verdadeiro não apenas hoje ou amanhã, mas atemporalmente. (1918-19, p. 76)

Note-se que, se entendida literalmente, a formulação de Frege parece sugerir nestas passagens que o instante do proferimento é parte da "expressão" do pensamento. Ou seja, que um instante temporal (e não um nome ou descrição de um instante temporal) é parte da expressão de um pensamento. A maioria dos intérpretes de Frege entende esta passagem de uma maneira não-litera, i.e., como dizendo apenas que a indicação do instante do proferimento é necessário apenas para se conhecer qual o sentido que complementa, neste contexto, o sentido incompleto expresso pela sentença.

No entanto, Kripke (2008) adota uma interpretação literal da passagem: ele entende a sugestão de Frege como sendo que parte da expressão do pensamento se dá linguisticamente, através das palavras, e outra parte se dá pelo instante temporal do proferimento ele mesmo. Assim, ao proferirmos uma sentença do tipo 'O Papa está no Rio de Janeiro' no instante t , a sentença é ela mesma um veículo incompleto de expressão do pensamento; o real veículo de expressão seria um par ordenado

<'O Papa está no Rio de Janeiro', t >

(Note-se que é o instante t , e não a expressão 't' o segundo elemento.) 'O Papa está no Rio de Janeiro' expressa um sentido, cujo referente deve ser o conceito que é verdadeiro daqueles instantes temporais em que o Papa efetivamente está no Rio de Janeiro. E t expressa um sentido cujo referente só pode ser t ele mesmo. Ou seja, assim como no caso de citação direta, no qual uma expressão se refere a ela mesma, o instante temporal se refere a ele mesmo. Se esta interpretação é correta, temos um pensamento que não pode ser expresso (e, portanto, compreendido) a não ser em presença do instante temporal ele mesmo. Outros pensamentos sobre este mesmo instante temporal podem ser expressos em outros momentos, mas este pensamento em particular, expresso pelo par ordenado acima, apenas pode ser expresso em t . Uma consequência mais dramática da interpretação literal destas passagens é que a sugestão de Frege seria incompatível com sua tese expressa em (D) que um mesmo pensamento indexical pode ser expresso em diferentes momentos. Pois o pensamento expresso em t depende da presença de t para ser expresso, e o pensamento expresso em t^* depende da presença de t^* para ser expresso. Portanto, pensamentos temporais expressos em um instante não são repetíveis em outros instantes, o que é incompatível com a possibilidade da dinâmica cognitiva descrita em (D). Ou seja, se tomarmos a interpretação literal das passagens citadas, as duas teses de Frege não são compatíveis.

Podemos, como Kripke, concluir que a visão de Frege não é coerente. Ou podemos, por outro lado, tomar a incompatibilidade entre teses importantes de Frege a que somos levados pela interpretação literal como pesando contra esta última. No entanto, deve-se mencionar que a principal conclusão da interpretação literal (i.e., que pensamentos temporais não são repetíveis e apenas são expressáveis e, portanto, inteligíveis em presença do instante temporal correspondente) é mais harmônica com (e uma espécie de generalização de) a tese de Frege sobre a exclusividade de acessos a pensamentos em primeira pessoa:

Cada indivíduo é apresentado a si mesmo de uma maneira especial e primitiva na qual ele não é apresentado a ninguém mais. Assim, quando Dr. Lauben tem o pensamento de que ele foi ferido, ele provavelmente o estará baseando nesta maneira primitiva na qual ele é apresentado a si mesmo. E apenas Dr. Lauben ele mesmo pode apreender pensamentos especificados desta maneira. (1918-19, p. 66)

Ou seja, pensamentos envolvendo o indexical 'eu' apenas podem ser expressos e apreendidos em presença do indivíduo que o prefere. Em outras palavras, apenas um indivíduo S pode expressar (e compreender) pensamentos em primeira pessoa sobre S. A interpretação de Kripke é uma espécie de extensão para pensamentos temporais da tese fregeana sobre pensamentos envolvendo o indexical 'eu'. (Supostamente, o mesmo deveria valer para pensamentos onde uma referência espacial é feita, como 'está chovendo aqui' proferido em uma localidade L; tal pensamento não deveria ser expressável em outra localidade L*.)

Alternativa: Identidades Russellianas e o Necessário A Posteriori

Em vista das muitas dificuldades envolvidas tanto na formulação do Problema de Frege quando na solução fregeana para o mesmo, uma alternativa radicalmente diferente foi proposta pelo chamado referencialismo (ou neo-russellianismo, segundo algumas descrições) que notoriamente defenderam a tese de que termos singulares genuínos não têm sentidos fregeanos intermediando a relação entre os mesmos e a sua referência, mas sim conectam-se diretamente aos seus referentes. Donnellan (1966) foi o primeiro a defender que, para uma classe importante de termos singulares, a saber, descrições definidas em um uso específico que ele chamou de *referencial*, não temos um conteúdo descritivo determinando a referência (ou melhor, tais descrições podem até carregar um conteúdo deste tipo, mas ele é irrelevante para a determinação da referência). Neste tipo de uso, o conteúdo propriamente descritivo de uma descrição (i.e., as propriedades através das quais um objeto é univocamente identificado) torna-se irrelevante, e a única contribuição semântica da descrição é o objeto que o falante tem em mente, independentemente de o mesmo satisfazer a descrição usada ou não. O uso referencial é tão frequente e fundamental, segundo Donnellan, quanto aqueles usos em que o conteúdo descritivo é relevante (i.e., a descrição se refere ao objeto que univocamente a satisfaz). Este último é chamado de uso *atributivo* por Donnellan e, neste caso, a contribuição semântica da descrição para o conteúdo proposicional é o seu conteúdo descritivo (e não o objeto referido). Este segundo uso se aproxima mais da visão fregeana (embora não coincida integralmente com a mesma), já que o conteúdo descritivo da descrição definida pode ser visto como um análogo do sentido fregeano.

Uma tese análoga para o caso de nomes próprios foi defendida por Kripke em *Naming and Necessity* (1980). Segundo este, nomes próprios são instrumentos de referência direta, i.e.,

seu conteúdo semântico ou sua contribuição para o conteúdo proposicional expresso por uma sentença que o contenha é o próprio objeto referido⁹. O principal argumento de Kripke para esta tese recorre a um aspecto intuitivo dos nomes próprios, a saber, que os mesmos são referencialmente *rígidos* (i.e., não mudam de referente se empregados em descrições de situações contrafactuais), e isto seria, em princípio, incompatível com uma suposta natureza descritiva dos mesmos, uma vez que as descrições que normalmente pensamos como expressas por nomes próprios não exibem um comportamento modal rígido. Ou seja, se supusermos (como Frege aparentemente o fez) que o nome ‘Aristóteles’ expressa um sentido descritivo o tipo ‘o autor da *Ética a Nicômaco*’, chegaremos a uma inconsistência, pois ‘Aristóteles’ parece referir-se à mesma pessoa em todas as situações contrafactuais envolvendo este nome. Por exemplo, se dissermos algo da seguinte forma:

(A) Se não fosse Aristóteles e sim Hume quem tivesse escrito a *Ética a Nicômaco*, então o autor da *Ética a Nicômaco* teria sido escocês.

Em (A) parece intuitivo que ‘Aristóteles’ continua se referindo ao mesmo indivíduo que aquele referido no mundo atual, ao “nosso” Aristóteles atual. E isso é assim em qualquer situação atual ou contrafactual descrita usando este nome. Isto é, a sua rigidez referencial não é uma construção teórica e sim algo que faz parte de nossas intuições linguísticas associadas à construção de descrições contrafactuais. Mas ‘o autor da *Ética a Nicômaco*’ em (A) não se refere ao “nosso” Aristóteles, e sim ao “nosso” Hume, e em diferentes descrições (i.e., para diferentes antecedentes de condicionais como (A)) a diferentes pessoas. Ou seja, esta descrição não é rígida, podendo mudar de referente de acordo com a situação contrafactual descrita. Mas isto é incompatível com o fato assumido pela perspectiva fregeana de ‘Aristóteles’ e ‘o autor da *Ética*

9 Na verdade (e por alguma razão que não está clara) Kripke evita falar de *proposições* e da *contribuição semântica* de nomes para as mesmas. Ele fala apenas de *verdades* e de *referência* de nomes. Ao que parece, ele quer evitar comprometer-se com uma metafísica de proposições. Kaplan não tem o mesmo “pudor”, e explicitamente adota o quadro metafísico originalmente proposto por Russell (1903) para o que este chama de proposições singulares, i.e., entidades abstratas resultando da combinação de um ou mais conceitos com um ou mais indivíduos particulares. No que se segue, eu adotarei a forma kaplaniana de descrever o debate, i.e., em termos de proposições como entidades abstratas estruturadas e representáveis como funções de mundos possíveis em valores de verdade. O referencialismo é, nesta perspectiva, a tese de que o valor semântico de termos singulares é um tipo específico de contribuição para as proposições, a saber, os próprios objetos referidos.

a *Nicômaco*' expressarem o mesmo conteúdo (sentido). Expressões sinônimas não podem ter comportamentos modais distintos. Portanto, elas não podem ser sinônimas, i.e., o conteúdo do nome 'Aristóteles' não pode ser 'o autor da *Ética a Nicômaco*'. O mesmo argumento se aplica para outras descrições que normalmente podem ser vistas como dando o significado de 'Aristóteles', e mesmo a um "feixe" de descrições que possam ser vistas como cumprindo esta função. Falando em termos de contribuição ao conteúdo proposicional, enquanto um nome próprio parece contribuir com um indivíduo que será o mesmo em todos os mundos possíveis¹⁰, uma descrição parece contribuir com uma condição, uma instrução para selecionar em cada mundo possível um indivíduo local.

Uma consequência particularmente interessante (e polêmica) desta tese de Kripke é que, ao contrário do que temos no tratamento de Frege, duas identidades envolvendo nomes próprios como 'a=a' e 'a=b' para 'a' e 'b' co-referenciais expressam exatamente a mesma proposição, a saber, que o objeto referido por 'a' é auto-idêntico, já que a contribuição proposicional de 'a' e 'b' é exatamente a mesma. Assim, 'Hesperus é Phosphorus' ou 'Túlio é Cícero' expressam exatamente a mesma proposição que, respectivamente, 'Hesperus é Hesperus' e 'Túlio é Túlio'. Como estas últimas são proposições necessárias, 'Hesperus é Phosphorus' e 'Túlio é Cícero' também expressam proposições necessárias (já que são as mesmas). Mas que Hesperus seja idêntico a Phosphorus representa uma descoberta astronômica que demandou uma grande quantidade de observações astronômicas sendo, portanto, a posteriori. Temos, portanto, que identidades podem representar verdades necessárias e que, não obstante, são conhecidas a posteriori (e apenas a posteriori, pois não há forma de se conhecer a priori uma identidade como 'Hesperus é Phosphorus'). Há um enorme contraste entre estas identidades e, por exemplo, 'O autor da *Ética a Nicômaco* é o professor de Alexandre o Grande'. Neste caso, temos dos dois lados da identidade descrições definidas não-rígidas que, em princípio, podem capturar indivíduos diferentes em algum mundo possível. (Certamente há mundos possíveis onde o autor da *Ética a Nicômaco* e o professor de Alexandre o Grande são pessoas diferentes, o que torna a identidade falsa nesses mundos). Trata-se, portanto, de uma verdade apenas contingente (e conhecível a posteriori). Notemos, de passagem, que o mesmo vale, *mutatis mutandis*, para identidades fal-

10 Mesmo naqueles mundos ou situações em que o indivíduo referido não existe. Por exemplo, podemos querer descrever a situação em que Aristóteles não teria existido usando o nome 'Aristóteles'. Mesmo neste caso, a referência do nome ainda é o "nosso" Aristóteles.

sas. Uma identidade como ‘Hesperus é Marte’ pode demandar observações empíricas para que sua falsidade seja descoberta e, no entanto, se os nomes ‘Hesperus’ e ‘Marte’ são diretamente referenciais, a proposição expressa é uma falsidade necessária.¹¹

Se assumirmos, como Kripke assume, uma perspectiva essencialista, então identidade não é o único tipo de proposição que pode exemplificar verdades necessárias a posteriori. Um famoso exemplo por ele apresentado é o seguinte: esta mesa em que escrevo é feita de madeira, e esta é uma característica essencial da mesma. Uma mesa idêntica a esta que não tivesse sido feita de madeira e sim de outro tipo de material seria necessariamente outra mesa (embora muito parecida com esta). Assim, a proposição que diz que *esta* mesa é feita de madeira é uma verdade necessária. No entanto, esta é uma verdade que não podemos saber de maneira a priori, uma vez que algum tipo de análise da constituição da mesa tem que ser feita. (Baseados apenas na sua aparência, não podemos dizer que é feita de madeira e não, por exemplo, de alguma fibra sintética que tem o mesmo aspecto que a madeira).

Em seu ensaio clássico sobre os indexicais, Kaplan (1989) chegou a conclusões análogas às de Kripke para o caso de demonstrativos¹². Uma característica fundamental de um demonstrativo é que este requer, para ser semanticamente completo, uma demonstração que o acompanhe (tipicamente, mas não exclusivamente, um apontar). O operador Dthat introduzido por Kaplan é um demonstrativo deste tipo: acoplado a uma demonstração, ele se refere ao objeto demonstrado pela mesma. Um demonstrativo envolvendo este operador é, portanto, mais adequadamente representado por

Dthat [α]

onde α é a demonstração que acompanha o operador. Chamaremos estes termos acom-

11 Uma tese importante de Kripke é que termos para espécies naturais funcionam de maneira bastante parecida com os nomes próprios ordinários. (Não entraremos nos detalhes do argumento de Kripke para esta tese; aqui estamos apenas interessados em algumas de suas consequências, especialmente para identidades). Portanto, as identidades envolvendo os mesmos expressam verdades ou falsidades necessárias. Assim, um exemplo mais natural seria ‘ouro = ferro Pirita’. (Ferro pirita, também conhecido como “ouro dos tolos”, tem aparência igual à do ouro, sendo que apenas algum desenvolvimento da mineralogia tornou possível saber que esta identidade é falsa).

12 Na semântica de Kaplan, demonstrativos são casos particulares de indexicais.

panhados de demonstração de *demonstrativos completos*. Por um argumento bastante similar ao de Kripke para nomes próprios (i.e., recorrendo ao comportamento modal dos demonstrativos), Kaplan procura mostrar que demonstrativos completos também são diretamente referenciais. (Embora a demonstração seja essencial ao mesmo, e a mesma possa ser vista como uma espécie de descrição do objeto demonstrado, o conteúdo descritivo da mesma não é incorporado à proposição expressa por uma sentença contendo um demonstrativo; apenas o objeto demonstrado o é). Não temos espaço aqui para discutir em detalhes o argumento de Kaplan. Basta mencionar o efeito que ele acaba extraído do mesmo. Considere-se uma identidade como

$$D\text{that}[\alpha]=D\text{that}[\beta]$$

(onde α e β são duas demonstrações diferentes). Se o objeto demonstrado for o mesmo (por exemplo, apontando duas fotografias diferentes de um mesmo indivíduo), como o valor semântico de 'Dthat[α]' e de 'Dthat[β]' é o mesmo indivíduo (o apontado), o conteúdo semântico desta sentença de identidade é simplesmente que o indivíduo é auto-idêntico. No entanto, a seguinte bicondicional é válida:

$$D\text{that}[\alpha]=D\text{that}[\beta] \text{ sse } \alpha = \beta$$

O lado esquerdo da bicondicional diz que o indivíduo diretamente designado por 'Dthat[α]' e de 'Dthat[β]' é o mesmo, e o lado direito diz que o *demonstratum* de α e de β são o mesmo. Mas o lado direito é algo que apenas pode ser conhecido a posteriori. Como o lado esquerdo é logicamente equivalente ao direito, segue-se que aquele apenas pode ser conhecido a posteriori também, apesar de representar uma proposição necessária.¹³ Algo curioso aqui é que o lado esquerdo da bicondicional expressa uma proposição contingente, dado que α e β são não-rígidos.

A combinação de necessidade com aposterioridade parece de alguma maneira menos surpreendente e mais natural no caso dos indexicais. Kaplan tem uma explicação para o fenómeno que emana naturalmente da sua semântica para os indexicais. Mais precisamente, emana

¹³ Kaplan também aponta casos duais de proposições contingentes a priori, e.g., 'Dthat[α]= α ' é algo que podemos saber a priori e que, no entanto, expressa uma verdade contingente. Deixaremos de lado aqui a discussão destes casos. Este é um caso análogo ao exemplo do metro padrão de Kripke

da distinção entre caráter e conteúdo de indexicais.¹⁴ O caráter de um indexical é uma regra geral (ou função, em termos mais formais) que associa uma extensão apropriada a ocorrências (*tokens*) do indexical em cada contexto de uso. Por exemplo, o caráter de ‘hoje’ é a regra ou função que associa a cada ocorrência da expressão o dia em que a mesma ocorre. O dia é o seu conteúdo (neste contexto). O caráter de ‘eu’ associa a cada ocorrência da palavra o proferidor (falante) da mesma. O proferidor é o seu conteúdo (neste contexto). Supostamente, qualquer contexto de proferimento inclui um proferidor, um instante temporal, uma localidade, e um mundo possível.¹⁵ O caráter é o portador de propriedades epistêmicas, enquanto que o conteúdo é o portador de propriedades metafísicas. No caso em questão, o conteúdo de

$$D\text{that}[\alpha]=D\text{that}[\beta]$$

é uma proposição que tem a propriedade de ser necessária. Mas o seu caráter, que é o portador de propriedades epistêmicas, é a posteriori.

Casullo e o Enfraquecimento do Necessário A Posteriori

Nas seções acima vimos o argumento para a separação entre aprioricidade e necessidade de um lado, e contingência e aposterioridade por outro. Ele foi baseado em considerações semânticas a respeito dos nomes próprios e indexicais (e termos para espécies naturais). Em “Identity and Necessity” (1977) Kripke tem um argumento diferente para fazer esta separação, tomando como base o essencialismo: este implicaria, segundo Kripke, que deve haver uma diferença entre as modalidades metafísicas e epistêmicas. Em particular, o essencialismo implicaria que há proposições necessárias que apenas podem ser conhecidas de maneira a posteriori, bem como proposições contingentes que podem ser conhecidas a priori. Em um ensaio crítico, Casullo (1977) critica ambas as teses, e nega: (i) que Kripke tenha produzido qualquer exemplo

14 Na verdade, na teoria semântica de Kaplan, a distinção entre caráter e conteúdo se aplica a todas as expressões, e não apenas a indexicais. Mas no caso de expressões não indexicais, o caráter e o conteúdo colapsam. A diferença apenas tem efeito real no caso de indexicais.

15 Há uma intensa discussão em torno de quais são os elementos constitutivos de um contexto. Estamos aqui assumindo o delineamento básico (e assumidamente provisório) da noção de contexto traçado por Kaplan para efeitos do estudo da lógica dos indexicais.

convicente de verdades contingentes a priori, e (ii) que seu argumento seja suficiente para estabelecer a existência de verdades necessárias a posteriori. Vamos examinar apenas o segundo ponto, já que neste artigo estamos nos concentrando no necessário a posteriori. Casullo foca sua crítica no argumento da seguinte passagem de “Identity and Necessity”:

[I]f P is a statement that the lectern is not made of ice, one knows by a priori philosophical analysis, some conditional of the form ‘if P, then necessarily P’. If the table is not made of ice, it is necessarily not made of ice. On the other hand, then, we know by empirical investigation that P, the antecedent of the conditional, is true – that is, the table is not made of ice. We can then conclude by modus ponens:

$$P \supset \Box P$$

$$P$$

$$\Box P$$

The conclusion – ‘ $\Box P$ ’ – is that it is necessary that the table not be made of ice, and this conclusion is known a posteriori, since one of the premises on which it is based is a posteriori. (Kripke 1971, p. 153)

Para tentar mostrar a insuficiência do argumento de Kripke na passagem, Casullo distingue três teses que podemos sustentar a respeito do conhecimento a priori de uma proposição necessariamente verdadeira. A primeira é que a *verdade ou falsidade* da proposição pode ser conhecida a priori. A segunda é que o *status modal geral* (i.e., se a mesma é necessária ou contingente) da proposição pode ser conhecido a priori. E o terceiro é que o *status modal específico* (i.e., se se trata de uma verdade ou falsidade necessária) pode ser conhecido a priori. Podemos saber que uma proposição é verdadeira sem saber se ela é necessariamente ou contingentemente verdadeira. (Por exemplo, o primeiro químico que descobriu que o número atômico do ouro é 79 pode não ter sabido que esta é uma propriedade essencial do ouro e, assim, ainda que ele tenha sabido que é verdade que o número atômico do ouro é 79, ele não sabia que se trata de uma verdade necessária). Pode-se também conhecer o status modal geral sem se conhecer o seu valor

de verdade. Por exemplo, sabemos que a conjectura de Goldbach é necessária sem saber se ela é verdadeira ou falsa (i.e., se ela for falsa, é necessariamente falsa, e se ela for verdadeira, é necessariamente verdadeira). E conhecemos o status modal específico de uma proposição quando sabemos tanto que ela é verdadeira (ou falsa) quanto que é necessária (ou contingente).

Baseado nesta distinção, Casullo contesta a afirmação de Kripke de que a conclusão do argumento na passagem acima (i.e., $\Box P$) possa ser conhecida a posteriori. Pois Kripke tem em mente uma tese sobre o status modal geral de uma proposição. Mas esta porção de conhecimento, de acordo com Casullo, é a priori, uma vez que Kripke admite, na seguinte passagem que a análise filosófica (que é a priori) joga um papel fundamental:

[I]f P is the statement that the lectern is not made of ice, one knows by a priori philosophical analysis, some condition of the form “if P, then necessarily P”. (Kripke, 1971, p. 153)

E o conhecimento de que P, que é a posteriori, é conhecimento sobre o valor de verdade de P. Assim, podemos ter conhecimento a posteriori do valor de verdade de P, e isto nos dá conhecimento a posteriori do status modal específico de P. Mas isto não significa, de acordo com Casullo, que por este meio temos conhecimento a posteriori do status modal geral de P (que é, certamente, o sentido mais interessante de conhecimento necessário a posteriori). Casullo conclui:

[T]he existence of such [essential] properties would not call into question the claim that the general modal status of all necessary propositions can be known a priori” (1971, p. 164)

À primeira vista o argumento de Casullo parece estranho, pois se temos conhecimento a posteriori do status modal específico de uma proposição, então *a fortiori* temos conhecimento tanto do seu valor de verdade quanto de seu status modal geral (uma vez que o status modal específico é uma conjunção dos dois últimos). Mas o que ele quer dizer é que aquela porção de nosso conhecimento sobre o status modal específico que é estritamente sobre o status modal geral não se deve a nenhuma investigação empírica mas apenas á análise filosófica (que é a priori).

A conclusão de Casullo é frustrante para aqueles que gostariam de ver na tese de Kripke uma afirmação mais forte. Casullo está correto, ao que parece, em sua avaliação deste argu-

mento particular oferecido por Kripke em “Identity and Necessity”, uma vez que uma de suas premissas concede que o conhecimento de que se P é verdadeira então é uma verdade necessária é o resultado da análise filosófica. Mas não é claro que esta qualificação seja estritamente necessária à visão de Kripke: a implicação pode, em alguns casos, não ser o resultado de análise filosófica, mas sim ser ela mesma o produto de uma investigação empírica. Um exemplo seria o seguinte: uma das características de uma pessoa x é ser filho de um pai y e de uma mãe z . Mas dado que x é filho de y e de z , segue-se que necessariamente x é filho de y e de z ? (Uma criança frequentemente se imagina como sendo filha de pais diferentes sem perda de sua identidade.) No caso, apenas uma investigação genética pode mostrar que exatamente um par de gametas (e apenas este par) pode gerar este indivíduo (outro par forçosamente geraria um indivíduo diferente), e também que este par de gametas não poderia ter sido produzido por ninguém a não ser o par de indivíduos y e z . Portanto, apenas podemos conhecer a verdade da implicação

Se x é filho de y e z , então $\Box(x$ é filho de y e $z)$.

como resultado da investigação genética (e não da análise filosófica em torno da relação de paternidade). Mas esta implicação seria o equivalente (neste exemplo específico) da segunda premissa do argumento de Kripke em questão. O resultado é que ambas as premissas do argumento para a conclusão de que $\Box P$ podem ser conhecíveis apenas a posteriori, e assim temos conhecimento a posteriori tanto do valor de verdade quanto do status modal geral (i.e., se P é necessária ou contingente pode ser por sua vez também matéria de descoberta empírica). Portanto, também do status modal específico. Isto estaria, ao que parece, mais de acordo com o espírito da doutrina geral de Kripke, e não há necessidade para ele fazer a qualificação relativa à “análise filosófica” na descoberta do status modal específico. Não estamos afirmando que todos os casos de descoberta do status modal específico sejam resultado de uma investigação empírica; mas um caso apenas como este seria suficiente para estabelecer o ponto principal de Kripke sobre a possibilidade de verdades necessárias a posteriori.

Referências

- Casullo, A. (1977). "Kripke on the A Priori and the Necessary", *Analysis* 37, pp. 152-9.
- Donnellan, K. (1966). "Reference and Definite Descriptions", *Philosophical Review* 75., pp. 281-304.
- Dummett, M. (1991) *Frege. Philosophy of Mathematics*. Cambridge, Mass.: Harvard University press.
- Frege, G. (1892) "Über Sinn und Bedeutung", *Zeitschrift für Philosophie und philosophische Kritik*, 100, 25-50.
- _____. (1918-1919) "Der Gedanke. Eine logische Untersuchung", *Beiträge zur Philosophie des deutschen Idealismus* III, pp. 36-51.
- _____. (1976) *Nachgelassene Schriften. (NS)*. Ed. by H. Hermes, F. Kambartel and F. Kaulbach. Hamburg: Felix Meiner Verlag.
- Glezakos, S. (2009) "Can Frege Pose Frege's Puzzle?", in Almog, J. e Leonardi, P. (Eds.), *The Philosophy of David Kaplan*. New York: Oxford University Press, pp. 202-6.
- Kaplan, D. (1989) "Demonstratives. An Essay on the Semantics, Logic, Metaphysics and Epistemology of Demonstratives and Other Indexicals" in Almog, J., Perry, J., Wettstein, H. (eds.), *Themes From Kaplan*. New York: Oxford University Press.
- Kripke, S. (1971) "Identity and Necessity". In Munitz, M. (ed.), *Identity and Individuation*. New York: New York University Press.
- _____. (1980) *Naming and Necessity*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- _____. (2005) "Frege's Theory of Sense and Reference: Some Exegetical Notes", *Theoria* 74, pp. 181-218.
- Perry, J. (1979) "The Problem of the Essential Indexical", *Noûs* 13, pp. 3-21.
- Ruffino, M. (1991) "Context Principle, Fruitfulness of Logic and the Cognitive Value of Arithmetic in Frege", *History and Philosophy of Logic* 12, pp. 185-94.
- Salmon, N. (1986) *Frege's Puzzle*. Atascadero-CA: Ridgeview Publishing Co.

RESUMO

Neste artigo examino alguns aspectos do chamado “Problema de Frege”, originalmente formulado para sentenças de identidade. Primeiro procuro colocá-lo na versão mais geral possível. Em seguida, tento mostrar que a formulação do problema é ela mesma problemática, assim como problemática é a solução que Frege propõe. Uma alternativa radical a estes problemas seria a aceitar a tese de Kaplan e Kripke de que identidades expressam proposições necessárias que podem, no entanto, ser conhecidas a posteriori. Na última seção examino uma objeção aos exemplos de Kripke de verdades necessárias a posteriori levantada por Casullo (1977), e argumento que a mesma não prospera se tomarmos uma interpretação radical (e talvez mais radical que o próprio Kripke estaria disposto a aceitar) da contingência associada a uma proposição necessária.

Palavras-Chave: *Identidade, Problema de Frege, Conteúdo Cognitivo, Necessário A Posteriori.*

ABSTRACT

In this paper I discuss some aspects of the so-called “Frege’s Problem”, which was originally formulated for identity-statements. I first try to give it the most general form. Next I try to show that both the formulation of the problem, as well as Frege’s solution for it, are themselves problematic. A radical alternative to these problems would be to embrace Kripke’s and Kaplan’s views that identity statements express necessary propositions that might be known a posteriori. In the last section I consider Casullo’s (1977) objection to Kripke’s examples of necessary a posteriori truths, and argue that it is unsuccessful if we take a radical interpretation of the contingency associated with necessary propositions (one that Kripke himself might not be willing to embrace).

Keywords: *Identity, Frege’s Problem, Cognitive Content, Necessary A Posteriori.*